

Viés bolsonarista derrubou primo de Lira no Incra

Cartas de movimentos sociais ao ministro Paulo Teixeira foram duras e, entre os críticos, discurso é de que Cesar Lira atuou até para auxiliar parlamentares da CPI do MST; presidente da Câmara vai indicar sucessor

CAIO SARTORI
caio.sartori@globo.com.br

A demissão de um dos primos do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), da superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Alagoas sucedeu uma série de reclamações que chegaram aos ouvidos do ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, desde o início do governo Lula. Wilson Cesar de Lira Santos, conhecido como Cesar Lira, era apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e empreended na autarquia uma política oposta à defendida pelos movimentos sociais e pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em outra frente, segundo opositores, atuava com interesses eleitorais: queria ser prefeito de Maragogi, no litoral alagoano.

Foram várias reuniões e cartas enviadas por movimentos, como o MST, a Teixeira. Nos textos, obtidos pelo GLOBO, integrantes reclamavam de Cesar, visto como "inimigo da reforma agrária". Em um deles, de janeiro, sete grupos afirmam que, "apesar das várias denúncias que realizamos em 2023, durante reuniões com Vossa Excelência e das notas públicas, persiste irresponsabilidade política de manter um bolsonarista de carteirinha no cargo de superintendente do Incra".

Dona com o ministro, aliado da pauta dos movimentos, a carta acusa Teixeira de "não honrar com a palavra". Apesar do "histórico de serviços à extrema direita", afirmam sete grupos, "o superintendente continua ocupando um cargo extremamente importante, como a vossa amabilidade".

Desde o início do governo Lula, houve um esforço de trazer as chefias do Incra ao estado, dado que a gestão Bolsonaro era diametralmente oposta na política para o campo. Alagoas, contudo, permaneceu sob influência de Lira. A indicação de Cesar — em 2017, ainda no governo Michel Temer — foi feita pelo deputado federal Marx Beltrão (PP-AL), mas passou-se avaliada pelo primo e chefe da Câmara nos anos Bolsonaro.

Nos primeiros meses de 2023, o governo federal, Lira e movimentos sociais estabeleceram um acordo. Como Cesar tinha pretensão de substituir outro primo do deputado, Fernando Sérgio Lira Neto, na prefeitura de Maragogi, o su-



Em família. O presidente da Câmara, Arthur Lira, depois de descobrir a demissão do primo pelo Diário Oficial, deputado vai indicar sucessor no Incra



Ação. Cesar ao lado do ex-presidente Bolsonaro: alinhamento crível

OS TRECHOS DAS CARTAS DO MST

Em 19 de janeiro de 2024, em correspondência enviada a Vossa Excelência afirmamos: "apesar das várias denúncias que realizamos em 2023, durante reuniões com Vossa Excelência e das notas públicas, persiste irresponsabilidade política de manter um bolsonarista de carteirinha no cargo de superintendente do Incra de Alagoas."

Faz-se necessário, relembrar a Vossa Excelência que em 02 de fevereiro de 2023, informamos: "na grave situação em Alagoas e solicitamos a medida exoneratória do superintendente bolsonarista. Em 20 de março recebemos o pedido de exoneração. No período de 2 de fevereiro de 2023 a abril de 2024, enviamos outras correspondências a Vossa Excelência e ao presidente do Incra, César Aldighi."

CONTINUA NA PÁGINA 9

OS CARGOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA EM ALAGOAS



A superintendência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), conhecida como "a estatal do Centro", é comandada desde o início de 2023 por João José Pereira Filho, o Joãozinho, primo de Arthur Lira.



Apadrinhado por Lira, Diego Holanda Pinheiro é outro que permaneceu na chefia do Porto de Maceió, mesmo com a chegada do governo Lula. Em março, o presidente da Câmara participou na cidade do anúncio de obras para a melhoria da orla.



Três cargos são ocupados por ex-assessores de Lira e por familiares dele na Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). O superintendente regional Carlos Jorge Cavalcante é irmão de Luciano Ferreira Cavalcante, aliado de longa data do presidente da Câmara.



Interlocutores apontam a influência de Lira na superintendência do Ministério da Saúde em Alagoas. Os cargos são uma forma do deputado manter influência num estado comandado por Paulo Dantas (MDB), aliado do principal opositor de Lira, o senador Renan Calheiros (MDB).

perintendente precisaria ser exonerado até este mês, prazo final para poder disputar a eleição. Cesar, no entanto, foi preterido por outro escolhido pelo atual prefeito, o que colocou o acordo em xeque.

Com a intensificação das invasões promovidas pelo

MST, o ministro comunicou a Lira que precisaria exonerar o primo dele. Entre interlocutores de Teixeira, o discurso é de que o governo não tirou do deputado o comando do Incra, e sim que o problema era a figura de Cesar. Caberia ao deputado alagoano a indicação do sucessor, e Lira, apurou o GLOBO, disse a aliados que vai consultar ruralistas do estado antes de definir o nome.

Cesar, segundo pessoas envolvidas no imbróglio, atuou como adversário dos movimentos sociais na superintendência. Durante a CPI do MST no Congresso, por exemplo, teria indicado locais de ações dos senhores para parlamentares fiscalizarem. Por outro lado, fez da política de entrega de títulos de propriedade, no governo Bolsonaro, uma plataforma para tentar se viabilizar.

goano a indicação do sucessor, e Lira, apurou o GLOBO, disse a aliados que vai consultar ruralistas do estado antes de definir o nome.

Cesar, segundo pessoas envolvidas no imbróglio, atuou como adversário dos movimentos sociais na superintendência. Durante a CPI do MST no Congresso, por exemplo, teria indicado locais de ações dos senhores para parlamentares fiscalizarem. Por outro lado, fez da política de entrega de títulos de propriedade, no governo Bolsonaro, uma plataforma para tentar se viabilizar.

De acordo com o que Costa contou a interlocutores, Lira justificou os ataques a Padilha, a quem chamou de "incompetente", por uma necessidade de atender ao pleito corporativista de deputados preocupados com possíveis futuras ordens de prisões de parlamentares por parte do Supremo.

zar em Maragogi. Quando ficou claro que o PP não lhe concederia a legenda, ventitou a hipótese de se filiar ao PL, sigla de Bolsonaro.

Depois da exoneração do primo, mesmo com assinalização de que escolher o substituto, o chefe da Câmara parou em plenário a urgência de um projeto que prevê sanções administrativas e restrições a invasões de terra.

— O que o Lira está fazendo é uma operação vingança. Ele já sabia que o primo seria exonerado. Essa birra de agora é mesquinha, vingativa. Demonstra que está sem postura de presidente da Câmara — critica deputado federal Paulo Fernando dos Santos (PP-AL), o Paulão, que participou das conversas entre o governo e os movimentos sociais.

Procurado via assessoria de imprensa, Lira não quis comentar a troca do primo. O Incra é um dos braços federais de Lira para manter poder em Alagoas, estado governado por Paulo Dantas (MDB) — aliado do principal adversário do presidente da Câmara, o senador Renan Calheiros.

Além da superintendência da autarquia, o deputado mantém indicações em outros postos. Conhecida como "estatal do Centro", a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf) é comandada no estado desde o início de 2021 por João José Pereira Filho, o Joãozinho, primo de Lira.

Nasuperintendência do Ministério da Saúde, o chefe é Carlos Humberto Casado de Lira, filho de um diretor da Codevasf. Já o Porto de Maceió está nas mãos de Diego Holanda, escolhido por Lira que permaneceu por lá mesmo com a chegada do governo Lula.

Também com influência de Lira, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) tem cargos ocupados por ex-assessores dele e familiares. O superintendente Carlos Jorge Cavalcante é irmão de Luciano Ferreira Cavalcante, tradicional aliado do parlamentar.

NOVAS INVASÕES

Ontem, o MST ocupou a sede do Incra em Campo Grande (MS), engrossando as ofensivas para pressionar o governo por maior regularização de terras. Segundo o último levantamento do movimento, foram realizadas 28 ocupações em 11 estados e no DF durante ações do "Abril Vermelho".

Moraes vai ao Congresso e tem encontro com deputado

Ministro esteve com Lira, que se reuniu ainda com Barroso e Rui Costa

MARIANA MUNIZ, CAMILA TURTELLI E GABRIEL SARTORI
publica@globo.com.br

No momento em que ganham força no Congresso iniciativas para reduzir os poderes do Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, e o ministro Alexandre de Moraes, se reuniram ontem, separadamente, com o presidente da Câmara, Arthur Lira.

O encontro entre Moraes e o presidente da Câmara não constava na agenda dos dois e, segundo interlocutores e pessoas presentes, a conversa teria sido "dura". Já a reunião entre Barroso e Lira, realizada após o encontro com Moraes, foi descrita pelo presidente do STF como "cordial" e ocorreu, ainda segundo ele, no "espírito colaborativo de ambas as partes, no sentido de evitar qualquer

tensão entre os Poderes". A Câmara articula a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar supostos abusos cometidos pelo Judiciário. Também há intenção de votar um projeto em relação a investigações contra parlamentares, com pontos como exigir que o Congresso de autorização para o início de apurações contra deputados e senadores.

Moraes também foi ontem ao Senado, um dia depois de a Casa se antecipar a um julgamento em curso no Supremo e aprovar, em dois turnos, uma proposta para incluir na Constituição a criminalização da posse e do porte de drogas, independentemente da quantidade. O magistrado compareceu ao Senado para a instalação da comissão de reformulação do Código Civil. Na sessão, brincou: — Vossa excelência lembrou que na virada do século não existiam redes sociais, nós já éramos felizes e não sabíamos — brincou Moraes na cerimônia no Congresso.

Além do encontro com Moraes, Lira teve uma reunião ontem com o ministro

da Casa Civil, Rui Costa, na residência oficial da Câmara. Na ocasião, de acordo com a colunista Malu Gaspar, o deputado prometeu ao enviado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que não fará uma ofensiva legislativa para se vingar do governo. Lira vive desde a semana passada uma guerra com o ministro Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais, com quem já tem problemas de relacionamento desde o ano passado.

A razão foi a votação que manteve a prisão do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de ser um dos mandantes do assassinato de Marielle Franco. Lira e seu entor-

no detectaram uma operação de bastidores comandada por Padilha, que teria ajudado a definir o placar.

TOM CAUTELOSO

Na conversa de ontem, porém, Lira adotou um tom mais cauteloso e, além de prometer não botar pressão no que já vem sendo chamado de "pacote da vingança" nos corredores da Casa.

De acordo com o que Costa contou a interlocutores, Lira justificou os ataques a Padilha, a quem chamou de "incompetente", por uma necessidade de atender ao pleito corporativista de deputados preocupados com possíveis futuras ordens de prisões de parlamentares por parte do Supremo.